

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL E DO PERFIL DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE, SÃO PAULO E SALVADOR APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

Fernando Augusto M. de Mattos¹

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar, a partir das alterações ocorridas na estrutura ocupacional e setorial do mercado de trabalho da Região Metropolitana (RM) de Belo Horizonte, as mudanças ocorridas no perfil distributivo dessa metrópole nos anos imediatamente seguintes à implementação do Plano Real. Nosso argumento central é que as mudanças ocorridas nos perfis distributivo do mercado de trabalho brasileiro foram resultado da mudança de preços relativos² ocorrida após a implementação do Plano Real. Além do objetivo específico de analisar o caso da RM de BH, pretendemos compará-lo ao de outras regiões metropolitanas, buscando obter argumentos que reforcem nossas conclusões a respeito da natureza (e da magnitude) da melhoria do perfil distributivo brasileiro em anos imediatamente seguintes à implementação do Plano Real. Para efeito comparativo, serão apresentados também dados das RM's de São Paulo e de Salvador. Antes de efetuarmos a análise dos dados específicos das RM's escolhidas, pretendemos realizar uma análise da trajetória do perfil distributivo brasileiro após a implementação do Plano Real. Na análise dos dados das três regiões metropolitanas mencionadas, pretendemos verificar como se alterou o perfil ocupacional e de rendimentos dos estratos de renda referentes aos 10% mais pobres e também aos 10% mais ricos no período em que houve forte dispersão dos preços relativos (entre 1993 e 1997), como resultado das características do plano de estabilização implementado em primeiro de julho de 1994.

Os dados dos decis extremos das respectivas regiões metropolitanas foram obtidos de tabulações extraídas das PNAD's e estão desagregados segundo posições na ocupação (empregados com carteira assinada, empregados sem carteira assinada, trabalhadores autônomos, empregadores e empregados domésticos) e segundo setores de atividades (agrícola, indústria de transformação, indústria da construção, outras atividades industriais, comércio, prestação de serviços, serviços auxiliares da atividade econômica, de transportes e comunicações, sociais e emprego na administração pública).

¹ Professor de Economia Brasileira do Centro de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC de Campinas). Mestre e Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da UNICAMP. O autor agradece à economista Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, da FACE - UFMG, pelo ajuda na interpretação de aspectos metodológicos relacionados às informações contidas nas PNAD's. Devo frisar, entretanto, que os eventuais erros e imprecisões relacionados à organização e análise dos dados são de exclusiva responsabilidade deste autor.

² A mudança de preços relativos operou-se especialmente favorecendo os preços dos produtos não-comercializáveis (*non-tradables*) no mercado internacional em relação aos preços de produtos (especialmente os industrializados) que encontravam nas importações forte concorrência e que, portanto, como veremos, tiveram um aumento menor do que os preços dos *non-tradables* entre 1994 e 1997.

APRESENTAÇÃO

A abertura comercial e financeira a que foi submetida a economia brasileira a partir dos anos 90 promoveu significativas mudanças no cenário econômico do país. No que se refere ao mercado de trabalho, em particular, a política de abertura, aliada às políticas destinadas a promover a desregulamentação das leis trabalhistas (Cardoso Jr., 2001) e tendo como pano de fundo o aumento pronunciado das taxas de desemprego, promoveu uma série de transformações já bem descritas por ampla literatura³ sobre o tema: (a) ampliação da informalidade das relações de trabalho, com aumento das contratações sem registro em carteira e das ocupações por conta-própria (autônomas); (b) queda pronunciada dos rendimentos médios reais na recessão do início da década e também, mais recentemente, após o ano de 1998; (c) queda do peso do emprego com carteira, ao lado de fragilização da evolução dos rendimentos desses trabalhadores e (d) piora do perfil de distribuição funcional da renda⁴. Quanto à evolução do perfil da distribuição pessoal da renda, a década apresentou resultados controversos e que, portanto, merecem ser interpretados com muito cuidado. Parece claro que houve uma piora do perfil distributivo com a recessão do período Collor, assim como se pode afirmar que, depois de 1998, o perfil distributivo tem apresentado sinais inequívocos de deterioração. No período referente à implementação do Plano Real e seu “auge” houve acalorado debate a respeito da dimensão e da natureza da evolução do perfil distributivo do mercado de trabalho brasileiro. No presente artigo, pretendemos lançar mão de análise de dados para o conjunto do mercado de trabalho brasileiro e, posteriormente, para três das regiões metropolitanas mais importantes do Brasil, procurando, neste recorte regional, reunir elementos que reforcem (ou não) argumentos destacados na primeira seção.

O presente estudo é composto de 3 seções. Na primeira seção, procuramos identificar os principais fatores que explicam a mudança ocorrida no perfil distributivo brasileiro logo após a implementação do Plano Real – destacando, em especial, as mudanças ocorridas na estrutura ocupacional e nos níveis de rendimentos do mercado de trabalho brasileiro e buscando avaliar se as mesmas podem explicar a natureza das

³ Cf., entre outras, Pochmann (1999), Marques (1997), Pochmann (2001), Baltar e Proni (1995), Baltar e Dedecca (1997), Machado e Machado (1998) e Kon (2001).

⁴ Nesse caso específico, consultar Cardoso Jr. (1999) e Pochmann (2001).

mudanças ocorridas no perfil distributivo brasileiro durante os cerca de 24 meses do “auge”⁵ do Plano Real. Na segunda seção, analisaremos a evolução da estrutura ocupacional e dos níveis de rendimentos dos decis extremos da pirâmide distributiva das três regiões metropolitanas escolhidas. Ao avaliarmos como se alteraram a composição ocupacional e os níveis de rendimentos por posição na ocupação dos 10% mais pobres e a dos 10% mais ricos⁶ das respectivas pirâmides distributivas de Belo Horizonte, São Paulo e Salvador, estaremos capacitados a averiguar de forma mais detida se as mudanças de níveis de rendimentos segundo posição na ocupação verificadas após a implementação do Plano Real para o conjunto dos ocupados do mercado de trabalho brasileiro apresentam diferenças inter-metropolitanas significativas e, partir dessas eventuais diferenças, apontar se isso teve impacto diferenciado sobre as trajetórias dos respectivos perfis distributivos da RM de Belo Horizonte, da RM de São Paulo e da de Salvador. Na terceira parte deste artigo, pretendemos avaliar também a evolução da composição setorial dos ocupados dos decis extremos da distribuição de renda, tirando algumas conclusões possíveis a respeito da gênese da melhoria efêmera e modesta ocorrida no perfil distributivo brasileiro entre 1993 e 1997⁷. Ao final, pretendemos apresentar as conclusões do artigo, verificando se as hipóteses adiantadas na seção

⁵ Parece ao longo do qual, segundo dados do IBGE, parece ter havido melhoria do perfil distributivo brasileiro (conforme veremos a seguir).

⁶ Infelizmente, a limitação de espaço definida para a submissão de artigos para este Encontro nos impede de enriquecer ainda mais a análise incorporando as mudanças ocorridas na estrutura ocupacional de todos os estratos decílicos. De qualquer maneira, dada a impressionante dimensão da desigualdade distributiva brasileira, consideramos que a avaliação restrita apenas aos decis extremos (10% mais ricos e 10% mais pobres do conjunto dos ocupados de cada metrópole) pode nos fornecer subsídios importantes para avaliar as causas da mudança de perfil distributivo ocorrida nas metrópoles consideradas nos primeiros anos do Plano Real. Dada também a enorme desigualdade regional reinante no Brasil, entendemos que a escolha das duas metrópoles (SP e Salvador) eleitas para se contraporem à de Belo Horizonte permite-nos traçar um quadro aproximado da natureza das transformações ocorridas no perfil distributivo brasileiro no período em questão, buscando utilizar a análise das diferenças inter-metropolitanas de comportamento do perfil distributivo para confirmar ou não as hipóteses relacionadas às causas da mudança de perfil distributivo brasileiro explicadas na primeira seção deste artigo. Também por causa da limitação de espaço para este artigo, tivemos que restringir a comparação da evolução das alterações da estrutura ocupacional da região metropolitana de Belo Horizonte a apenas duas outras metrópoles. Optamos por escolher a metrópole mais industrializada do país e a metrópole mais industrializada da região Nordeste, pois entendemos que, assim, podem se revelar mais explicitamente as diferenças regionais que venham eventualmente a confirmar as hipóteses adiantadas na primeira seção deste artigo.

⁷ A razão pela qual vamos considerar a evolução do perfil distributivo apenas até 1997 é justamente por causa do fato de que foi neste ano que os dados já apontavam claramente (conforme demonstraremos a seguir) o esgotamento da melhoria do perfil distributivo brasileiro (tabela 1) e também a reversão da trajetória ascendente dos níveis médios de rendimentos reais do mercado de trabalho (tabela 2).

inicial encontram guarida nas análises das regiões metropolitanas, realizadas na segunda e na terceira seções deste texto.

1. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERFIL DISTRIBUTIVO BRASILEIRO APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

A tabela 1 indica que, entre 1995 e 1997, a parcela da renda total do conjunto dos ocupados brasileiros apropriada pelos 10% mais pobres manteve-se inalterada, depois de ter tido pequeno aumento entre 1993⁸ e 1995. Por outro lado, a parcela dos 10% mais ricos na renda total do trabalho, que já havia diminuído entre 1993 e 1995, continuou a reduzir-se entre 1995 e 1997 - embora com queda muito mais lenta neste segundo período. A parcela apropriada pelos 50% mais pobres também aumentou entre 1993 e 1997, o que parece confirmar uma ligeira mudança (para melhor) no perfil distributivo no período. O que chama a atenção nos dados desta tabela, portanto, é o fato de que a melhora havida no perfil de distribuição de renda por estratos decílicos entre 1993 e 1995 foi mais expressiva do que a melhora ocorrida entre 1995 e 1996 e entre esse ano e 1997. Quando os dados da PNAD de 1997 foram divulgados, os resultados acima descritos já sugeriam que, conforme nos afastávamos do ano de introdução da nova moeda (1994), o processo de melhoria do perfil distributivo brasileiro ia perdendo fôlego.

TABELA 1

Distribuição acumulada do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento do trabalho, em ordem crescente de rendimentos de todos os trabalhos - Brasil - 1986/1996.

| Classes percentuais das pessoas | Distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 a. ou mais, com rend. do trabalho (em %). | | | | | | |
|---------------------------------|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1986 | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 |
| ACUMULADO | | | | | | | |
| Até 10 | 1,0 | 0,8 | 0,8 | 0,7 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Até 20 | 3,1 | 2,6 | 2,6 | 2,4 | 3,1 | 3,1 | 3,1 |
| Até 50 | 13,5 | 12,0 | 14,0 | 12,9 | 13,3 | 13,6 | 13,7 |
| Até 90 | 52,7 | 51,9 | 54,9 | 51,0 | 52,9 | 53,2 | 53,5 |
| Até 100 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: IBGE, PNAD.

⁸ Como se sabe, o ano imediatamente anterior ao da implementação do Plano Real.

A tabela 2 mostra que o rendimento médio real do trabalho dos trabalhadores autônomos cresceu, entre 1993 e 1997, bem acima da remuneração média real dos empregados com carteira assinada. A análise desse comportamento diferenciado dos rendimentos dos trabalhadores segundo posição na ocupação pode nos permitir avaliar a natureza das causas das mudanças do perfil distributivo brasileiro nos anos iniciais do Plano Real.

TABELA 2
Número-índice do rendimento médio real por posição na ocupação
Seis regiões metropolitanas
1991/1998, com 1995=100

| Anos | com carteira | taxa de var. anual (%) | sem carteira | taxa de var. anual (%) | conta própria | taxa de var. anual (%) | emprega dores | taxa de var. anual (%) |
|------|-----------------|------------------------------|-----------------|------------------------------|------------------|------------------------------|------------------|------------------------------|
| 1991 | 99,30 | | 96,15 | | 83,52 | | 79,86 | |
| 1992 | 88,58 | -10,80 | 77,09 | -19,82 | 66,01 | -20,96 | 61,09 | -23,50 |
| 1993 | 97,59 | 10,17 | 83,64 | 8,49 | 74,16 | 12,35 | 72,14 | 18,09 |
| 1994 | 97,40 | -0,20 | 87,55 | 4,68 | 83,26 | 12,27 | 93,27 | 29,30 |
| 1995 | 100,00 | 2,67 | 100,00 | 14,22 | 100,00 | 20,10 | 100,00 | 7,21 |
| 1996 | 106,35 | 6,35 | 105,35 | 5,35 | 105,88 | 5,88 | 100,28 | 0,28 |
| 1997 | 108,15 | 1,69 | 109,02 | 3,48 | 107,33 | 1,37 | 98,82 | -1,46 |
| 1998 | 108,20 | 0,05 | 109,32 | 0,28 | 102,40 | -4,60 | 101,64 | 2,86 |

Fonte: IBGE, PME: agregado das reg.metrop.pesquisadas (SP, RJ, B. Horizonte, P. Alegre, Recife e Salvador).

A questão que se coloca após a avaliação preliminar dos resultados relacionados aos níveis e perfis dos rendimentos do trabalho desde a implementação do Plano Real é a seguinte: o que provocou a ligeira melhoria inicial na distribuição pessoal da renda do trabalho entre 1993 e 1997?

Para começar a responder a esta indagação, vamos lembrar de um fenômeno ocorrido desde a implementação do Plano Real e que é bastante característico de planos de estabilização calcados em valorização cambial e abertura comercial⁹.

⁹Sobre planos de estabilização da América Latina implementados na década de 90 e que possuem características gerais (câmbio que se valoriza, abertura comercial, reformas liberalizantes etc.) semelhantes ao Plano Real, ver Frenkel, R., Damill, M. e Fanelli, J.M., "De México a México: el desempeño de América Latina en los 90", in *Revista de Economía Política* (64), vol.16, n.04, out-dez 96; ver, também, Batista Jr. (1996) e artigos reunidos em livro organizado por Mercadante (1997).

Trata-se da dispersão de preços relativos que ocorre nos primeiros meses dos planos de estabilização com âncora cambial. Quando o plano é implementado, a concorrência externa (provocada pela abertura comercial e pelo câmbio valorizado) impõe aos produtos industrializados um rápido ajustamento aos níveis dos preços internacionais, os quais a partir de então são mantidos relativamente estáveis. Por outro lado, os preços que não sofrem a concorrência externa, basicamente os preços de serviços prestados pelos chamados profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados etc.) ou os preços de serviços pessoais prestados por profissionais tais como os empregados domésticos, cabeleireiros, jardineiros, encanadores etc. tendem ainda a manter uma trajetória de crescimento, por não estarem (evidentemente) submetidos à concorrência de serviços ‘importados’, mas sim sujeitos à interação entre a oferta e a demanda internas. O aquecimento da demanda, nos primeiros meses da estabilização, permite um aumento significativo dos preços destes serviços (e, portanto, da remuneração dos trabalhadores que os prestam).

Dessa maneira, pode-se afirmar que o Plano Real provocou uma dispersão de preços relativos internos da economia, a qual pode ser descrita pelo comportamento diferenciado dos vários índices de variação de preços. Os índices que captam os efeitos da variação dos preços ao consumidor tendem a crescer mais do que os índices de preços por atacado, que carregam, em sua composição, um maior peso de produtos comercializáveis no mercado internacional. Portanto, conforme adiantamos em outra oportunidade: “enquanto não se opera a convergência entre os preços dos não-comercializáveis (*non-tradables*) e os preços dos comercializáveis (*tradables*)¹⁰, tende a aumentar a participação da renda apropriada pelos vendedores de serviços na renda total criada na economia. Em outras palavras, os trabalhadores autônomos que prestam serviços que não estão sujeitos à concorrência do mercado externo beneficiam-se da dispersão de preços relativos (em favor dos bens e serviços *non-*

¹⁰Conforme a estabilização inflacionária se consolida e os efeitos positivos que a própria estabilização gera no aquecimento do consumo (e portanto sobre a demanda interna) vão se atenuando, tende a ocorrer uma convergência entre os diferentes índices de preços. Esta convergência, porém, pode demorar muitos meses para acontecer. Na Argentina, por exemplo, o Plano de Conversibilidade, nos seus primeiros 24 meses, apresentou uma variação de 46% no IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e de apenas 7% no IPA (índice de preços por atacado). No Brasil, os primeiros dois anos do Real provocaram uma acumulação do INPC de cerca de 55% e de cerca de 30% no IPA. Artigo publicado pela revista Conjuntura Econômica (González, 1998) comenta a trajetória dos rendimentos e do perfil distributivo da Argentina pós-Plano de Conversibilidade de 1991 e revela resultados semelhantes aos que foram verificados no Brasil após a implementação do Plano Real.

tradables, que são vendidos por eles), pois a remuneração que obtêm pelo seu trabalho crescerá acima do aumento médio de preços na economia e também acima do eventual crescimento dos salários dos trabalhadores empregados nos setores industriais oligopolizados sujeitos à concorrência externa. O perfil distributivo do conjunto dos ocupados no mercado de trabalho nacional tende, portanto, a melhorar, pois os salários pagos aos trabalhadores empregados nestes setores industriais são mais elevados, em média, do que os rendimentos dos prestadores de serviços pessoais” (Mattos e Cardoso Jr., 1999) (grifos no original).

Dado este contexto, os salários dos trabalhadores da indústria tendem a permanecer relativamente estabilizados, dado que as empresas são submetidas a uma maior concorrência de preços (por causa da abertura comercial – redução de tarifas de importação - e do câmbio valorizado) e não têm como conceder reajustes salariais que possam ser repassados para o preço final de seus produtos. Além disso, uma vez iniciado o plano de estabilização, normalmente as regras anteriores de indexação dos salários deixam de existir, dificultando aos assalariados do setor formal obterem expressivos ganhos reais de salários. Por outro lado, os trabalhadores do setor produtor de *non-tradables* estão normalmente excluídos das normas legais e formais de contratação, não se submetendo, portanto, à rigidez à que passam estar submetidos, após a implementação das mudanças de política salarial que se seguem ao plano de estabilização, os reajustes salariais dos trabalhadores com carteira assinada. Isto pode explicar parte das diferenças de crescimento dos rendimentos dos trabalhadores com carteira em relação aos rendimentos dos trabalhadores sem carteira e, principalmente, dos trabalhadores autônomos (tabela 2).

Na verdade, conforme já assinalamos há algum tempo, “tal fenômeno não deve ser necessariamente interpretado como um fato positivo, pois resulta de um longo processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nesta década, o qual tem sido agravado pelos efeitos macroeconômicos decorrentes da implementação do Plano Real (aumento das taxas de juros, queda do emprego industrial, crescimento econômico pífio etc.), que foram deflagrados pelo longo período de valorização cambial e o decorrente aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira (Gonçalves, 1997)” (Mattos e Cardoso Jr., 1999).

TABELA 3
Evolução do índice do rendimento médio real dos trabalhadores
BRASIL
1993 / 1998
índice: 1993=100

| Setor de Atividade | Média de 1993 | Média de 1994 | Média de 1995 | Média de 1996 | Média de 1997 | Janeiro de 1998 | Abril de 1998 | Julho de 1998 | Outubro de 1998 |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|------------------|--------------------|
| Total (**) | 100,0 | 105,8 | 116,7 | 125,4 | 127,7 | 130,5 | 126,7 | 125,4 | 127,4 |
| Ind. Transf. | 100,0 | 102,7 | 108,8 | 115,4 | 116,5 | 118,3 | 114,5 | 114,6 | 117,0 |
| Construção | 100,0 | 103,3 | 122,0 | 133,4 | 136,2 | 137,4 | 123,3 | 126,3 | 129,8 |
| Comércio | 100,0 | 110,8 | 123,9 | 132,4 | 133,6 | 133,8 | 127,7 | 125,0 | 124,6 |
| Serviços | 100,0 | 106,7 | 118,4 | 129,1 | 131,9 | 135,5 | 132,7 | 131,1 | 134,3 |

Fonte: Boletim do Banco Central.

(*)séries dessazonalizadas, deflacionadas pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de SP, RJ, BH, P. Alegre, Salvador e Recife.

Este processo de desestruturação reflete-se tanto em uma mudança na composição setorial do emprego (transferência de ocupados da indústria para os serviços) quanto na dinâmica das remunerações, pois o baixo grau de competitividade externa e o alto grau de informalidade das ocupações do terciário permitem a estes segmentos do mercado de trabalho apropriar-se de parcela maior da renda especialmente em momentos de aquecimento econômico acompanhado de desindexação salarial nos setores industriais tradicionais (conforme já mencionamos acima). Desta forma, opera-se uma diminuição dos diferenciais de rendimentos tanto entre os setores formal e informal (definidos segundo a posição na ocupação, como na tabela 2), quanto entre a indústria em oposição aos serviços e ao comércio (tabela 3). Ou seja, as remunerações da indústria, onde predomina a inserção ocupacional dos empregados com carteira, tradicionalmente maiores que as do terciário, cresceram, pelo menos até meados de 1996, em ritmo e intensidade menores que as remunerações do comércio e dos serviços (ver tabela 3), onde tem tido dominância a inserção ocupacional dos empregados sem carteira, empregadores e autônomos (trabalhadores por conta própria).

Já em 1996, o valor da média anual das remunerações de trabalhadores do setor informal e do formal passaram a oscilar 'paralelamente', e depois disso, houve uma retração dos ganhos reais dos rendimentos nos mercados de trabalho

metropolitanos¹¹. Em termos setoriais, os resultados parecem ter corroborado o comportamento dos rendimentos segundo posição na ocupação. Os dados da tabela 3 mostram que, entre 1993 e 1996, os ganhos reais dos rendimentos médios de serviços e comércio superaram de forma destacada os da indústria, situação que começa a se esgotar a partir de 1997.

Ou seja, enquanto a demanda interna esteve aquecida, houve uma recuperação importante dos rendimentos reais médios de trabalhadores inseridos no chamado setor informal da economia, tendo inclusive diminuído a diferença entre os rendimentos dos trabalhadores com este tipo de inserção no mercado de trabalho e os salários dos trabalhadores com carteira assinada e/ou dos empregados da indústria.

A partir do momento em que se instalou um cenário recessivo na economia brasileira¹², todos os segmentos do mercado de trabalho parecem ter sofrido um processo de redução de seus valores reais médios, o qual, entretanto, não se deu de forma equânime entre eles. Os segmentos que mais se haviam beneficiado do período de aquecimento da demanda foram exatamente os mais atingidos por perdas. Estas perdas foram de tal magnitude que os níveis dos rendimentos reais médios dos autônomos e dos empregadores já haviam retrocedido, no final de 1998, a patamares semelhantes aos de 1995 (tabela 2).

A observação conjunta do comportamento das remunerações entre os setores formal e informal, de um lado, e entre indústria e serviços/comércio, de outro lado, dá a impressão de que o grau de segmentação do mercado de trabalho brasileiro tem diminuído, quando, na verdade, é justamente a nova característica da segmentação que tem permitido este comportamento convergente das remunerações, tanto do ponto de vista setorial quanto no que se refere ao mercado de trabalho (formal/informal). Feitas estas considerações, ficamos mais próximos agora de entender as causas das modificações que a implementação do Plano Real promoveu sobre o perfil distributivo do mercado de trabalho brasileiro.

A redução da diferença entre os rendimentos da base e os da cúpula da pirâmide distributiva brasileira começa a perder fôlego à medida que os índices de

¹¹ Os dados das tabelas 2 e 3 referem-se ao conjunto abrangido por seis regiões metropolitanas brasileiras (SP, RJ, BH, P. Alegre, Salvador e Recife) e representam uma amostra bastante significativa do mercado de trabalho urbano brasileiro.

¹² Ver Filgueiras (2000), a respeito das diferentes conjunturas do Plano Real.

inflação que refletem preços ao consumidor e os índices que possuem, em sua composição, maior peso de produtos industrializados (IPA), passam a convergir, como normalmente acontece em planos de estabilização com as características do Plano Real.

TABELA 4
Inflação Acumulada em 12 meses
Diversos Índices - Média e Desvio Padrão
Brasil
1995-1998

em %

| PERÍODO | INPC (IBGE) | IPC-SP (FIPE) | IPC-DI (IGP-FGV) | INCC (FGV) | IPA agr (FGV) | IPA ind (FGV) | Média aritmética | Desvio Padrão |
|-------------|----------------|------------------|---------------------|---------------|------------------|------------------|---------------------|------------------|
| 1995 | | | | | | | | |
| junho | 33,39 | 32,31 | 40,77 | 37,03 | 32,22 | 14,05 | 31,63 | 9,23 |
| setembro | 25,52 | 27,56 | 30,21 | 34,83 | 0,39 | 14,07 | 22,10 | 12,69 |
| dezembro | 21,98 | 23,17 | 25,91 | 31,48 | -5,61 | 13,06 | 18,33 | 13,18 |
| 1996 | | | | | | | | |
| março | 20,05 | 21,24 | 23,75 | 23,62 | -3,80 | 9,83 | 15,78 | 10,88 |
| junho | 16,30 | 17,84 | 18,40 | 12,04 | 8,08 | 5,89 | 13,09 | 5,28 |
| setembro | 12,98 | 13,11 | 14,24 | 10,68 | 14,29 | 3,34 | 11,44 | 4,18 |
| dezembro | 9,12 | 10,03 | 11,34 | 9,56 | 17,31 | 3,90 | 10,21 | 4,32 |
| 1997 | | | | | | | | |
| março | 8,56 | 8,96 | 9,64 | 8,39 | 22,05 | 4,70 | 10,38 | 5,97 |
| junho | 5,92 | 7,08 | 6,98 | 6,56 | 15,95 | 4,56 | 7,84 | 4,08 |
| setembro | 4,38 | 4,59 | 6,68 | 7,35 | 12,69 | 4,39 | 6,68 | 3,21 |
| dezembro | 4,34 | 4,83 | 7,23 | 6,81 | 17,71 | 4,02 | 7,49 | 5,18 |
| 1998 | | | | | | | | |
| março | 4,28 | 3,17 | 5,88 | 6,54 | 8,89 | 2,70 | 5,24 | 2,33 |
| junho | 4,55 | 1,87 | 4,10 | 5,14 | 7,40 | 2,04 | 4,18 | 2,07 |
| setembro | 3,16 | 0,05 | 2,98 | 3,69 | 6,60 | 0,43 | 2,82 | 2,39 |
| dezembro | 2,49 | -1,79 | 1,66 | 2,76 | 4,92 | -0,26 | 1,63 | 2,37 |

Fontes: FIPE, IBGE e FGV.

A Tabela 4 mostra que esta convergência já estava ocorrendo desde meados de 1996, permitindo supor que a dispersão de preços relativos, que é o fator explicativo mais importante para a melhoria do perfil distributivo do imediato pós-Real, já se mostra, pelo menos a partir de 1997, quase revertida, sendo que no final de 1998 fica claro que a dispersão de preços encontra-se já quase extinta. Nesta tabela, estão relacionados vários índices de inflação, de diferentes composições,

segundo seus valores acumulados nos últimos 12 meses terminados nos meses da coluna esquerda.¹³

O que se percebe nas colunas do lado direito é que além de ter ocorrido uma diminuição geral da inflação, até o final de 1998, também houve, notadamente no período 1996-1998, um processo de convergência entre os preços dos produtos sujeitos à concorrência internacional e os preços dos produtos não-comercializáveis (contrastando com o que acontecera no ano de 1995, quando era elevada e ascendente a dispersão destes preços na economia brasileira).

Portanto, o principal elemento explicativo para a mudança no perfil distributivo pós-Real, qual seja, o processo de alteração dos preços relativos em favor dos bens e serviços não-transacionáveis no mercado internacional, já mostrava nítidos sinais de esgotamento pelo menos desde meados de 1996, o que parece ter sido decisivo para desacelerar a trajetória de melhoria do perfil de distribuição de renda do trabalho que havia ocorrido no imediato pós-Plano Real. Além disso, deve-se destacar que as trajetórias ascendentes dos rendimentos reais médios dos diversos segmentos dos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros cessaram seu movimento ascendente já em meados de 1997, como decorrência da perda de dinamismo econômico que se abateu sobre o cenário econômico nacional.

2.EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL E DOS NÍVEIS DE RENDIMENTOS DOS 10% MAIS POBRES E DOS 10% MAIS RICOS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE, SÃO PAULO E SALVADOR ENTRE 1993 E 1997

A avaliação da evolução da estrutura ocupacional dos decis extremos das respectivas pirâmides distributivas das regiões metropolitanas escolhidas para se contraporem à de Belo Horizonte podem nos revelar aspectos interessantes a respeito da evolução do perfil distributivo dessas metrópoles como resultado da dispersão de preços relativos ocorrida na implementação do Plano Real. Conforme já adiantamos, os trabalhadores localizados na base da pirâmide distributiva brasileira obtiveram, especialmente entre 1993 e 1995 (e, de forma menos pronunciada, também entre 1995 e

¹³ A opção por considerar a variação dos índices segundo os últimos 12 meses foi tomada para que os fatores sazonais não afetem as conclusões.

1997), ganhos reais de renda maiores do que os dos demais trabalhadores. Em termos de estrutura ocupacional, esses trabalhadores eram os autônomos, especialmente, e também os empregados domésticos e os empregados sem carteira assinada; ademais, percebemos que os rendimentos dos trabalhadores do setor terciário (comércio e serviços) e também os da construção civil haviam obtido ganhos reais de rendimentos maiores do que os dos trabalhadores da indústria de transformação.

Os setores de atividade serão avaliados na próxima seção, mas nesta seção poderemos verificar algumas das hipóteses acima arroladas segundo posição na ocupação (ou seja, segundo a dicotomia formal/informal das relações de trabalho). Tendo em vista as conclusões obtidas na seção anterior, é de se esperar uma mudança pronunciada no conteúdo da ocupação dos 10% mais pobres – mais especificamente, deve-se esperar que diminua, pelo menos no período entre 1993 e 1997, o peso relativo de trabalhadores autônomos e empregados domésticos, assim como de empregados sem carteira assinada, na base da pirâmide distributiva, já que esses trabalhadores puderam obter uma melhoria relativa de sua remuneração e, em alguns casos, devem ter conseguido uma progressão para posições mais altas (menos baixas, talvez fosse melhor afirmar) da distribuição de rendimentos. Como contra-partida, espera-se que o peso do emprego assalariado com carteira (especialmente na indústria de transformação, mas não somente nesse setor de atividade) diminua nas respectivas bases das pirâmides distributivas metropolitanas entre 1993 e 1997.

Na tabela 5, com resultados referentes à região metropolitana de Belo Horizonte, verifica-se um aumento expressivo do peso relativo dos empregados com carteira (ao lado de uma queda significativa do peso dos empregos domésticos e dos assalariados do setor informal) entre os 10% mais pobres. O peso relativo dos autônomos oscilou no período analisado, mas o de 1997 era quase igual ao de 1993; deve-se destacar, contudo, que os rendimentos médios reais desses trabalhadores, assim como os dos empregados domésticos e os dos assalariados sem carteira, foram os que demonstraram melhor desempenho no grupo de renda em questão (10% mais pobres) no período considerado (1993-1997).

Tabela 5

Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de BELO HORIZONTE

| Posição na Ocupação | composição (*) | | | renda média (**) | | | VMAR (***) | |
|---------------------|----------------|-------|-------|------------------|-------|-------|------------|-------|
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 95/93 | 97/95 |
| Com carteira | 7,5 | 31,9 | 32,9 | 107,3 | 123,2 | 123,6 | 7,1 | 0,2 |
| Sem carteira | 28,5 | 24,1 | 21,1 | 59,8 | 92,4 | 80,9 | 24,3 | -6,4 |
| Empregador | 3,3 | 0,6 | 0,0 | 49,4 | 96,2 | 0,0 | 39,6 | n.d. |
| Conta-própria | 28,8 | 21,8 | 27,5 | 55,3 | 68,0 | 67,8 | 10,9 | -0,2 |
| Domésticos | 31,9 | 21,5 | 18,5 | 65,2 | 87,2 | 90,8 | 15,7 | 2,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 63,4 | 95,8 | 93,1 | 22,9 | -1,4 |

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) em reais de setembro de 1999.

(***)variação média anual do rendimento real (em %).

A tabela 6, referente à região metropolitana de São Paulo, mostra também um aumento do peso do emprego com carteira na base da pirâmide distributiva (embora muito menos significativo ao que ocorreu na RM de BH). Houve também uma queda da presença de empregados domésticos entre os ocupados de rendimentos mais baixos. Em termos de níveis de rendimentos, verificou-se que os trabalhadores autônomos e os empregados domésticos foram as posições na ocupação de melhor desempenho entre 1993 e 1997.

No caso da região metropolitana de Salvador (tabela 7), verificou-se movimento semelhante ao da estrutura ocupacional de Belo Horizonte, mas deve ser destacado que, na metrópole nordestina, é bem mais expressivo o peso dos trabalhadores autônomos e de empregados domésticos no grupo dos trabalhadores de baixa renda – mas nem por isso eles deixaram de galgar postos um pouco mais elevados na estrutura de renda dessa metrópole. Os rendimentos da base da pirâmide ocupacional de Salvador são impressionantemente baixos, mas recuperaram-se mais do que em qualquer das outras metrópoles analisadas entre 1993 e 1997, graças especialmente ao desempenho dos rendimentos dos assalariados sem carteira, dos trabalhadores autônomos e dos empregados domésticos (de qualquer forma, os patamares dos rendimentos ainda são bastante inferiores aos de BH e de SP em 1997).

Tabela 6
Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de SÃO PAULO

| Posição na Ocupação | composição (*) | | | Renda média (**) | | | VMAR (***) | |
|------------------------|----------------|------|------|------------------|-------|-------|------------|-------|
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 95/93 | 97/95 |
| Com carteira | 42,0 | 42,8 | 42,9 | 122,2 | 134,7 | 155,3 | 5,0 | 7,4 |
| Sem carteira | 22,7 | 19,8 | 25,3 | 93,1 | 107,8 | 109,3 | 7,6 | 0,7 |
| Empregador | 2,3 | 0,9 | 1,0 | 67,7 | 112,9 | 64,5 | 29,2 | -24,4 |
| Conta-própria | 16,3 | 21,8 | 16,3 | 65,2 | 78,3 | 82,0 | 9,6 | 2,4 |
| Domésticos | 16,7 | 14,7 | 14,6 | 76,1 | 116,7 | 103,9 | 23,9 | -5,7 |
| Total | 100,0 | 100 | 100 | 97,4 | 114,2 | 123,6 | 8,3 | 4,0 |

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) em reais de setembro de 1999.

(***)variação média anual do rendimento real (em %).

Tabela 7
Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação
Região Metropolitana SALVADOR

| Posição na Ocupação | composição (*) | | | renda média (**) | | | VMAR (***) | |
|------------------------|----------------|------|------|------------------|------|------|------------|-------|
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 95/93 | 97/95 |
| Com carteira | 0 | 8,5 | 16,6 | 0,0 | 70,6 | 91,8 | - | 14,1 |
| Sem carteira | 26,7 | 26,7 | 23,1 | 38,6 | 50,0 | 62,3 | 13,8 | 11,6 |
| Empregador | 1,1 | 0,5 | 1,9 | 52,5 | 68,0 | 56,9 | 13,8 | -8,6 |
| Conta-própria | 39,7 | 44,5 | 38,1 | 36,6 | 46,2 | 54,7 | 12,3 | 8,8 |
| Domésticos | 32,5 | 19,8 | 20,4 | 41,4 | 53,9 | 70,0 | 14,1 | 14,0 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 38,9 | 50,9 | 65,8 | 14,4 | 13,6 |

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) em reais de setembro de 1999.

(***)variação média anual do rendimento real (em %).

No que se refere à evolução da composição ocupacional dos 10% mais ricos das metrópoles selecionadas, podemos ressaltar um padrão semelhante em todas elas: a queda do peso relativo do emprego com carteira assinada entre os trabalhadores localizados no topo da pirâmide distributiva.

Em Belo Horizonte (tabela 8) e em São Paulo (tabela 9), ocorre aumento contínuo e pronunciado do peso do trabalho autônomo entre os mais ricos. Já em

Salvador (tabela 10), a queda do peso do emprego com carteira nesse grupo de renda é compensada especialmente pelo aumento da proporção de empregadores – e isso corre mais por causa do fraco desempenho dos rendimentos médios reais dos assalariados do setor formal, pois os rendimentos médios reais dos empregadores alteraram-se pouco (contrariamente ao que ocorreu na RM de BH, onde a renda média dos empregadores cresceu significativamente).

Os dados até aqui analisados, portanto, parecem revelar que a trajetória decepcionante dos níveis de rendimentos dos empregados do setor formal dos mercados de trabalho metropolitanos foi a principal responsável pelas alterações nas respectivas estruturas ocupacionais dos extremos das distribuições de renda das respectivas metrópoles analisadas. Na próxima seção, vamos avaliar a composição setorial dessas alterações ocorridas nos mercados de trabalho metropolitanos.

Tabela 8

Evolução da composição e da renda média dos 10% mais ricos segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de BELO HORIZONTE

| Posição na Ocupação | Composição (*) | | | renda média (**) | | | VMAR (***) | |
|------------------------|-------------------|-------|-------|------------------|--------|--------|------------|-------|
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 95/93 | 97/95 |
| Com carteira | 60,7 | 53,0 | 49,3 | 2324,7 | 2599,2 | 2545,4 | 5,7 | -1,0 |
| Sem carteira | 8,5 | 8,4 | 8,8 | 1824,7 | 2826,3 | 3229,9 | 24,5 | 6,9 |
| Empregador | 15,3 | 18,9 | 18,5 | 3642,4 | 3977,0 | 4265,3 | 4,5 | 3,6 |
| Conta-própria | 15,5 | 19,8 | 23,4 | 2672,4 | 3076,4 | 3258,3 | 7,3 | 2,9 |
| Domésticos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | N.D. | N.D. |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 2537,8 | 2972,3 | 3090,2 | 8,2 | 2,0 |

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) em reais de setembro de 1999.

(***)variação média anual do rendimento real (em %).

Tabela 9

Evolução da composição e da renda média dos 10% mais ricos segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de SÃO PAULO

| Posição na Ocupação | Composição (*) | | | renda média (**) | | | VMAR (***) | |
|------------------------|-------------------|-------|-------|------------------|--------|--------|------------|-------|
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 95/93 | 97/95 |
| Com carteira | 58,4 | 46,0 | 46,5 | 2906,6 | 3569,1 | 3442,0 | 10,8 | -1,8 |
| Sem carteira | 3,0 | 7,8 | 6,5 | 5385,4 | 3170,1 | 3292,2 | -23,3 | 1,9 |
| Empregador | 19,4 | 22,5 | 19,8 | 4154,9 | 5334,4 | 4900,6 | 13,3 | -4,2 |
| Conta-própria | 19,2 | 23,7 | 27,1 | 3074,0 | 3567,8 | 3873,9 | 7,7 | 4,2 |
| Domésticos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - | - |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3254,7 | 3935,2 | 3838,4 | 10,0 | -1,2 |

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) em reais de setembro de 1999.

(***)variação média anual do rendimento real (em %).

Tabela 10

Evolução da composição e da renda média dos 10% mais ricos segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de SALVADOR

| Posição | Composição (*) | | | renda média (**) | | | VMAR (***) | |
|---------------|-------------------|-------|-------|------------------|--------|--------|------------|-------|
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 95/93 | 97/95 |
| Na Ocupação | | | | | | | | |
| Com carteira | 61,1 | 52,2 | 50,1 | 3053,1 | 2608,2 | 2728,0 | -7,6 | 2,3 |
| Sem carteira | 4,7 | 7,0 | 6,4 | 2191,4 | 2261,8 | 2541,0 | 1,6 | 6,0 |
| Empregador | 13,4 | 19,2 | 22,5 | 4644,7 | 4730,1 | 4500,4 | 0,9 | -2,5 |
| Conta-própria | 20,9 | 21,6 | 21,0 | 2138,4 | 1814,0 | 2533,4 | -7,9 | 18,2 |
| Domésticos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - | - |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3034,8 | 2819,2 | 3073,8 | -3,6 | 4,4 |

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) em reais de setembro de 1999.

(***)variação média anual do rendimento real (em %).

3.ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO NOS EXTREMOS DAS PIRÂMIDES DISTRIBUTIVAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE, SÃO PAULO E SALVADOR ENTRE 1993 E 1997

Na região metropolitana de Belo Horizonte (tabela 11), há um aspecto setorial que merece ser destacado: verifica-se aumento do peso das ocupações com carteira assinada da indústria de transformação entre os 10% mais pobres. A redução do peso do trabalho autônomo na base da pirâmide distributiva RM de BH, já constatada na seção anterior, concentrou-se especialmente na prestação de serviços. Essa mesma atividade explica o aumento do peso dos trabalhadores autônomos no topo da pirâmide distributiva, assim como o ocorrido nos serviços auxiliares da atividade econômica. Destaque-se, ainda, o aumento do peso das atividades relacionadas à Administração Pública¹⁴ no grupo de renda mais alta – o que, em princípio, parece revelar que os níveis de rendimentos médios reais das outras formas de relação formal de trabalho, ao longo do período analisado, foram ainda mais prejudicadas na RM de BH do que as relacionadas à Administração Pública.

¹⁴ As ocupações desse setor têm peso relativo, entre os 10% mais ricos, bem mais significativa na região metropolitana de Belo Horizonte, do que na de São Paulo (pois o peso do assalariamento industrial - e atividades correlatas - e seu nível de remuneração na metrópole paulista são superiores aos de Belo Horizonte).

Tabela 11

Composição dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos segundo posição na ocupação por setor de atividade
Região Metropolitana de BELO HORIZONTE
1993-1995-1997

| SETORES DE ATIVIDADE | 10% MAIS POBRES | | | 10% MAIS POBRES | | | 10% MAIS POBRES | | | 10% MAIS POBRES | | |
|----------------------------|-----------------|-------|-------|-----------------|-------|-------|-----------------|-------|-------|-----------------|-------|-------|
| | COM | | | SEM | | | EMPRE | | | CONTA | | |
| | CARTEIRA | | | CARTEIRA | | | GADOR | | | PRÓPRIA | | |
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 |
| Agrícola | 0,0 | 0,1 | 0 | 11,1 | 6,5 | 0,7 | 0,0 | 0,0 | 0 | 1,7 | 4,1 | 2,6 |
| Ind. Transf. | 0,0 | 34,7 | 35,9 | 19,3 | 18,4 | 12,1 | 60,0 | 100,0 | 0 | 9,8 | 4,1 | 8,8 |
| Ind. Construção | 0,0 | 0,5 | 10,8 | 17,0 | 19,7 | 12,8 | 10,0 | 0,0 | 0 | 10,4 | 0,0 | 11,9 |
| Outras at. Ind. | 0,0 | 0,0 | 4,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,6 | 0,0 | 0,5 |
| Comércio | 0,0 | 21,6 | 0 | 26,3 | 18,4 | 22,1 | 30,0 | 0,0 | 0 | 27,2 | 35,6 | 28,9 |
| Prest. Serviços | 0,0 | 18,8 | 18,2 | 14,6 | 21,4 | 24,8 | 0,0 | 0,0 | 0 | 42,8 | 26,0 | 31,9 |
| Serv. Aux. At. Ec. | 0,0 | 18,8 | 18,2 | 2,3 | 7,1 | 4,0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 17,1 | 6,7 |
| Transp./Comunic. | 0,0 | 0,0 | 0 | 1,2 | 1,9 | 2,7 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 3,6 |
| Sociais | 100,0 | 0,0 | 12,7 | 4,7 | 4,8 | 16,8 | 0,0 | 0,0 | 0 | 4,6 | 7,5 | 3,1 |
| Adm. Pública | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,6 | 0,1 | 2,7 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras ativ. | 0,0 | 5,6 | 0 | 2,9 | 1,9 | 1,3 | 0,0 | 0,0 | 0 | 2,9 | 5,5 | 2,1 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

| SETORES DE ATIVIDADE | 10% MAIS RICOS | | | 10% MAIS RICOS | | | 10% MAIS RICOS | | | 10% MAIS RICOS | | |
|----------------------------|----------------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------------|-------|-------|
| | COM | | | SEM | | | EMPRE | | | CONTA | | |
| | CARTEIRA | | | CARTEIRA | | | GADOR | | | PRÓPRIA | | |
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 |
| Agrícola | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,3 | 4,0 | 2,3 | 2,1 | 0,0 | 0,0 |
| Ind. Transf. | 18,6 | 21,2 | 20,9 | 33,3 | 26,8 | 30,6 | 14,1 | 15,1 | 13,9 | 9,7 | 0,0 | 0,0 |
| Ind. Construção | 6,6 | 0,0 | 6,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 8,7 | 4,8 | 9,2 | 0,0 | 0,0 | 5,5 |
| Outras at. Ind. | 3,3 | 5,1 | 2,7 | 0,0 | 1,8 | 0,0 | 0,0 | 0,8 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,6 |
| Comércio | 11,2 | 13,3 | 12,2 | 31,4 | 26,8 | 0,0 | 30,2 | 30,2 | 25,4 | 25,8 | 20,5 | 17,6 |
| Prest. Serviços | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 21,9 | 15,1 | 20,0 | 0,0 | 0,0 | 24,8 |
| Serv. Aux. At. Ec. | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 9,8 | 10,7 | 11,3 | 12,0 | 15,1 | 16,1 | 32,2 | 38,6 | 32,7 |
| Transp./Comunic. | 6,6 | 8,2 | 5,7 | 0,0 | 7,2 | 8,1 | 3,3 | 5,6 | 3,1 | 7,5 | 19,7 | 13,3 |
| Sociais | 25,2 | 26,3 | 25,0 | 17,6 | 14,3 | 21,0 | 4,3 | 4,0 | 4,6 | 17,2 | 18,2 | 4,2 |
| Adm. Pública | 14,8 | 15,2 | 17,9 | 7,8 | 7,1 | 24,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 2,2 | 0,0 | 0,0 |
| Outras ativ. | 13,7 | 10,7 | 9,0 | 0,0 | 5,4 | 4,8 | 2,2 | 5,6 | 4,6 | 3,2 | 3,0 | 1,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

Na tabela 12, com dados da região metropolitana de São Paulo, salta aos olhos o aumento do peso do emprego da indústria de transformação entre os 10% mais pobres. Parece que a abertura comercial, ao lado da retração da atividade econômica e do câmbio excessivamente valorizado (sem falar dos juros elevadíssimos, que inibem os investimentos na produção) ao longo dos primeiros anos do Real realmente prejudicou muito as atividades industriais, fazendo-se sentir seu impacto especialmente na região metropolitana onde essa forma de emprego mais se concentra. Da mesma maneira, pode-se concluir pela redução do peso do emprego com carteira entre os 10% mais ricos da região metropolitana paulista, notadamente entre 1995 e 1997.

Tabela 12

Composição dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos segundo posição na ocupação por setor de atividade
Região Metropolitana de SÃO PAULO
1993-1995-1997

| SETORES DE ATIVIDADE | 10% MAIS POBRES | | | 10% MAIS POBRES | | | 10% MAIS POBRES | | | 10% MAIS POBRES | | |
|----------------------------|-----------------|-------|------|-----------------|------|------|-----------------|-------|------|-----------------|------|------|
| | COM | | | SEM | | | EMPRE | | | CONTA | | |
| | CARTEIRA | | | CARTEIRA | | | GADOR | | | PRÓPRIA | | |
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 |
| Agrícola | 0,6 | 0,5 | 0,8 | 0,5 | 5,8 | 3,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,7 | 4,2 | 2,7 |
| Ind. Transf. | 25,1 | 21,9 | 27,2 | 25,6 | 19,3 | 27,9 | 36,8 | 100,0 | 0,0 | 2,9 | 7,4 | 5,8 |
| Ind. Construção | 5,4 | 4,0 | 3,8 | 11,6 | 4,1 | 9,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 16,7 | 7,0 | 19,5 |
| Outras at. Ind. | 2,3 | 1,6 | 1,6 | 0,5 | 0,0 | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,5 | 1,4 |
| Comércio | 17,2 | 15,8 | 15,1 | 22,0 | 21,5 | 19,5 | 63,2 | 0,0 | 13,6 | 34,1 | 22,7 | 36,6 |
| Prest. Serviços | 12,4 | 13,4 | 13,7 | 22,6 | 25,6 | 20,4 | 0,0 | 0,0 | 86,4 | 40,4 | 41,4 | 16,5 |
| Serv. Aux. At. Ec. | 12,4 | 13,4 | 13,7 | 2,6 | 7,0 | 4,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 7,9 | 11,6 |
| Transp./Comunic. | 0,0 | 5,2 | 0,0 | 1,6 | 4,7 | 3,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 4,2 | 0,0 |
| Sociais | 17,7 | 16,6 | 18,1 | 11,5 | 9,7 | 8,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,6 | 3,2 | 4,3 |
| Adm. Pública | 7,0 | 7,5 | 0,0 | 0,0 | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras ativ. | 0,0 | 0,0 | 6,0 | 1,6 | 1,7 | 2,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,5 | 1,6 | 1,4 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

| SETORES DE ATIVIDADE | 10% MAIS RICOS | | | 10% MAIS RICOS | | | 10% MAIS RICOS | | | 10% MAIS RICOS | | |
|----------------------------|----------------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------------|-------|-------|
| | COM | | | SEM | | | EMPRE | | | CONTA | | |
| | CARTEIRA | | | CARTEIRA | | | GADOR | | | PRÓPRIA | | |
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 |
| Agrícola | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 2,0 | 0,6 | 0,0 | 1,0 | 0,9 |
| Ind. Transf. | 36,3 | 41,0 | 35,6 | 0,0 | 32,4 | 40,7 | 23,8 | 17,3 | 16,4 | 3,1 | 3,9 | 3,9 |
| Ind. Construção | 4,1 | 4,0 | 3,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,7 | 5,6 | 5,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras at. Ind. | 3,7 | 1,8 | 1,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Comércio | 12,6 | 15,0 | 14,1 | 0,0 | 27,9 | 0,0 | 31,7 | 32,7 | 30,8 | 24,1 | 21,3 | 16,0 |
| Prest. Serviços | 3,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 16,5 | 13,8 | 13,0 | 28,4 | 23,4 | 19,9 |
| Serv. Aux. At. Ec. | 3,1 | 0,0 | 0,0 | 24,0 | 13,2 | 18,0 | 12,8 | 16,8 | 14,8 | 23,5 | 30,6 | 29,4 |
| Transp./Comunic. | 6,5 | 8,5 | 9,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 2,4 | 3,1 | 5,3 | 5,6 | 4,4 | 15,2 |
| Sociais | 13,0 | 15,7 | 16,9 | 48,0 | 17,6 | 25,2 | 5,5 | 5,6 | 8,9 | 14,2 | 12,6 | 11,7 |
| Adm. Pública | 5,3 | 7,0 | 7,3 | 12,0 | 2,9 | 10,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras ativ. | 12,6 | 7,0 | 11,6 | 16,0 | 5,9 | 5,4 | 2,4 | 3,1 | 4,2 | 1,2 | 2,9 | 3,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

Na base da pirâmide distributiva da RM de SP, chama a atenção especialmente a melhoria expressiva da posição relativa dos autônomos do setor de serviços – o que vem novamente a confirmar nossas hipóteses iniciais a respeito dos efeitos da estabilização inflacionária obtida com o Plano Real sobre a estrutura ocupacional e de rendimentos. No topo da pirâmide ocupacional, os dados mais significativos são os que revelam aumento da parcela de ocupações autônomas nos serviços auxiliares da atividade econômica (que são serviços que exigem de seus vendedores/trabalhadores maior qualificação profissional) e também nas atividades de transportes e comunicações – talvez relacionadas com as mudanças ocorridas na estrutura produtiva no período, que

atraiu investimentos importantes para esse setor, do que puderam se beneficiar muitos trabalhadores por conta-própria ligados a essas atividades¹⁵.

A tabela 13, da região metropolitana de Salvador, nos permite avaliar as mudanças da estrutura ocupacional comentadas na seção anterior. Na base da pirâmide distributiva, a queda do peso do emprego doméstico, conforme já sublinhamos, foi a mudança mais expressiva. Não parece ter havido, em termos setoriais, modificações muito sensíveis na base da pirâmide ocupacional dessa metrópole. Apenas mereceria destaque o fato de que se reduziu o peso das atividades ligadas ao comércio de mercadorias entre os autônomos, o que explica, em sua maior parte, a queda da participação relativa dessa posição na ocupação na base da pirâmide distributiva da metrópole baiana.

É no topo da distribuição que as mudanças setoriais se fazem sentir com maior nitidez. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que, também na região metropolitana de Salvador, o emprego formal industrial parece ter sido o maior responsável pela redução da participação relativa do emprego com carteira assinada entre os 10% mais ricos. A outra modificação expressiva ocorrida na estrutura ocupacional dos 10% mais ricos nessa metrópole, qual seja, o aumento do peso relativo dos empregadores, pode ser explicado pelos empregadores da indústria de transformação e por aqueles das atividades sociais e os dos transportes e comunicações. Entre os autônomos, os prestadores de serviços auxiliares da atividade econômica merecem destaque, pois mais do que dobraram sua participação entre os conta-própria concentrados no topo da pirâmide distributiva.

¹⁵ Provavelmente, muitas dessas pessoas realizam serviços terceirizados, que antes eram realizados como assalariados no âmbito das empresas que os contratam agora como trabalhadores autônomos). O processo de reestruturação produtiva e de novas formas organizacionais das grandes corporações podem explicar o comportamento desse indicador.

Tabela 13

Composição dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos segundo posição na ocupação por setor de atividade
Região Metropolitana de SALVADOR
1993-1995-1997

| SETORES DE ATIVIDADE | 10% MAIS POBRES | | | 10% MAIS POBRES | | | 10% MAIS POBRES | | | 10% MAIS POBRES | | |
|----------------------------|-----------------|-------|-------|-----------------|-------|-------|-----------------|-------|-------|-----------------|-------|-------|
| | COM | | | SEM | | | EMPRE | | | CONTA | | |
| | CARTEIRA | | | CARTEIRA | | | GADOR | | | PRÓPRIA | | |
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 |
| Agrícola | 0,0 | 0 | 0 | 2,5 | 3,4 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 6,2 | 9,8 | 7,9 |
| Ind. Transf. | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 16,7 | 10,8 | 4,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,4 | 5,3 | 3,2 |
| Ind. Construção | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 5,0 | 8,1 | 11,5 | 0,0 | 0,0 | 10,0 | 5,6 | 5,3 | 6,4 |
| Outras at. Ind. | 0,0 | 19,1 | 6,8 | 0,8 | 0,7 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Comércio | 0,0 | 0 | 0 | 15,0 | 24,3 | 21,3 | 60,0 | 0,0 | 50,0 | 37,6 | 32,9 | 29,8 |
| Prest. Serviços | 0,0 | 0,0 | 38,7 | 36,7 | 27,0 | 27,9 | 40,0 | 0,0 | 40,0 | 35,4 | 35,8 | 36,7 |
| Serv. Aux. At. Ec. | 0,0 | 0,0 | 38,7 | 2,5 | 7,4 | 10,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 2,0 | 7,9 |
| Transp./Comunic. | 0,0 | 0 | 0 | 3,3 | 1,4 | 2,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,4 | 2,0 | 3,0 |
| Sociais | 0,0 | 0,0 | 15,7 | 15,8 | 14,9 | 15,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 6,7 | 3,7 | 4,0 |
| Adm. Pública | 0,0 | 61,7 | 0 | 1,7 | 2,0 | 2,5 | 0,0 | 100,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras ativ. | 0,0 | 19,2 | 0 | 0,0 | 0,0 | 1,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,7 | 3,3 | 1,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

| SETORES DE ATIVIDADE | 10% MAIS RICOS | | | 10% MAIS RICOS | | | 10% MAIS RICOS | | | 10% MAIS RICOS | | |
|----------------------------|----------------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------------|-------|-------|
| | COM | | | SEM | | | EMPRE | | | CONTA | | |
| | CARTEIRA | | | CARTEIRA | | | GADOR | | | PRÓPRIA | | |
| | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 | 1993 | 1995 | 1997 |
| Agrícola | 0 | 0 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 5,0 | 5,7 | 4,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Ind. Transf. | 21,2 | 21,8 | 14,8 | 33,3 | 23,1 | 0,0 | 6,7 | 14,2 | 10,9 | 0,0 | 5,9 | 0,0 |
| Ind. Construção | 5,8 | 6,2 | 6,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 11,7 | 7,5 | 7,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras at. Ind. | 6,6 | 6,6 | 5,3 | 0,0 | 5,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Comércio | 11,68 | 12,5 | 13,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 31,7 | 27,4 | 21,8 | 36,3 | 34,4 | 27,9 |
| Prest. Serviços | 0,00 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 15,0 | 12,3 | 10,1 | 34,2 | 22,1 | 34,2 |
| Serv. Aux. At. Ec. | 0,00 | 0,0 | 0,0 | 19,1 | 15,4 | 20,6 | 13,3 | 17,0 | 23,5 | 10,7 | 15,1 | 22,5 |
| Transp./Comunic. | 5,84 | 6,2 | 7,5 | 0,0 | 7,7 | 11,8 | 1,7 | 0,0 | 5,9 | 6,4 | 10,1 | 6,3 |
| Sociais | 15,33 | 16,3 | 18,5 | 33,3 | 30,8 | 29,4 | 13,3 | 14,2 | 14,3 | 9,3 | 8,4 | 7,2 |
| Adm. Pública | 20,43 | 20,7 | 21,5 | 14,3 | 10,3 | 29,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras ativ. | 13,14 | 9,7 | 12,4 | 0,0 | 7,7 | 8,8 | 1,7 | 1,9 | 0,8 | 3,2 | 4,2 | 1,8 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

Por fim, para efeito de comparação da evolução dos perfis distributivos das metrópoles destacadas, apresentamos a tabela 14, que mostra dados da relação entre o rendimento médio do extrato dos 10% mais ricos em relação ao rendimento médio dos 10% mais pobres para cada metrópole analisada, em 1993, 1995 e 1997. Trata-se de uma maneira de avaliar a evolução da desigualdade. O que se constata é que não existe uma trajetória nítida da distribuição pessoal da renda no período entremeado pela instalação do Plano Real. Na região metropolitana de São Paulo ocorre, em princípio (entre 1993 e 1995), um ligeiro aumento da diferença de renda entre os extremos da distribuição. Entre 1995 e 1997, entretanto, ocorre uma redução dessa trajetória, de tal

forma que, encerrado o período em análise, a distância entre a renda média do decil mais rico e do decil mais pobre é um pouco menor que no início do período (em 1993). Em Belo Horizonte, ocorre uma trajetória diferente à da metrópole paulista: primeiro aumenta a desigualdade e depois ela diminui, sendo que o período se encerra também com melhoria (menos modesta do que a da RM de SP) do perfil distributivo. Em Salvador, antes de mais nada, chama a atenção a impressionante desigualdade existente entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, a qual se reduziu significativamente no período, apesar de ainda manter uma situação ainda bastante pior do que a das demais metrópoles.

Tabela 14

Rendimento médio dos 10% mais ricos em relação ao dos 10% mais pobres
Regiões Metropolitanas selecionadas

| REGIÕES | 1993 | 1995 | 1997 |
|----------------|------|------|------|
| METROPOLITANAS | | | |
| SÃO PAULO | 33,4 | 34,5 | 31,1 |
| BELO HORIZONTE | 40,0 | 30,9 | 33,2 |
| SALVADOR | 78,1 | 54,9 | 46,9 |

Fonte: PNAD's (IBGE). Elaboração própria.

CONCLUSÕES

As tabelas organizadas para a elaboração deste artigo revelam que as conclusões tiradas na primeira seção, com informações referentes ao conjunto do mercado de trabalho brasileiro, foram em grande parte confirmadas na análise das metrópoles.

Em primeiro lugar, parece que, de fato, a evolução dos rendimentos dos trabalhadores autônomos e dos assalariados do setor informal dos mercados de trabalho regionais foi melhor do que a dos salários dos trabalhadores com carteira. A análise setorial aqui proposta, apesar de ser relativamente simples para a complexidade do problema que se pretende analisar, revela que parece mesmo que foi no setor industrial que ocorreram os piores resultados em termos de evolução dos níveis de rendimento e do estoque de empregos formais. Os dados de São Paulo, metrópole que tem maior concentração de emprego formal industrial, foram eloqüentes a esse respeito – e servem como alerta para os formuladores de política macroeconômica a respeito dos efeitos que planos de estabilização calcados no binômio câmbio valorizado/juros altos, especialmente em contexto de rápida e descuidada abertura comercial, têm sobre os setores mais dinâmicos da atividade econômica.

Os efeitos positivos sobre os rendimentos dos vendedores de serviços (normalmente trabalhadores autônomos), comparados à trajetória do salário real médio do setor formal dos mercados de trabalho metropolitanos analisados, promoveram de fato uma redução da desigualdade de renda existente nos mesmos, já que é grande a incidência de trabalhadores dos serviços pessoais na base da pirâmide distributiva. Conforme comentamos na primeira seção, enquanto ocorria uma forte dispersão de preços relativos na economia brasileira, especialmente entre 1993 e 1995, mas ainda até 1997, os efeitos sobre o perfil distributivo brasileiro se fizeram sentir de forma nítida, revertendo-se quando, a partir de 1998, o ritmo de crescimento dos preços dos chamados *tradables* e o dos *non-tradables* passam a convergir. Para o que nos interessa neste artigo, podemos concluir que, de fato, os movimentos diferenciados dos níveis de rendimentos do trabalho (segundo posição na ocupação) constatados para o conjunto do emprego do mercado de trabalho brasileiro confirmaram-se quando foram desagregados os dados brasileiros segundo as regiões metropolitanas avaliadas. Não deixa de ser eloqüente o fato de que foi justamente em Salvador, a metrópole (entre as analisadas mais detidamente neste artigo) que concentra o maior peso de ocupações autônomas (a maior parte das quais no setor de serviços) e de emprego doméstico, que ocorreu a maior redução da desigualdade de renda entre 1993 e 1997 (tabela 14).

Os resultados aqui analisados reforçam nossa proposição inicial de que o Plano Real promoveu uma pequena melhoria dos perfis distributivos entre 1993 e 1997, mas a mesma não se deveu a uma política deliberada de redistribuição de renda, mas a um fato que apareceu como consequência da natureza da estabilização de preços promovida pelo Plano Real, qual seja, um forte redimensionamento dos preços relativos do qual se beneficiaram os vendedores de serviços e de bens não-comercializáveis no mercado internacional – pessoas essas que se encontram localizadas na base dos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros. A valorização cambial nos primeiros anos do Plano Real permitiu que ocorresse essa melhoria momentânea dos perfis distributivos, de forma mais nítida exatamente na metrópole, entre as analisadas, que concentra a maior participação de ocupados que se beneficiaram da dispersão de preços nos anos iniciais do Plano Real.

A RM de BH sentiu duplamente os efeitos deletérios que se abatem, nas condições de implementação do Plano Real e com as suas sucessivas dificuldades

conjunturais, em um mercado de trabalho que tem características do mercado de trabalho da RM de SP (ou seja, peso do emprego formal relativamente elevado) e, em menor grau, características da RM de Salvador. Ou seja, na RM de BH foi nítido o efeito da instalação do Plano Real sobre a parcela formalizada do mercado de trabalho metropolitano, o que contribuiu para um aumento do grau de informalização de seu mercado de trabalho. Além disso, a significativa parcela de ocupações informais aproveitou-se de forma pouco duradoura da aceleração da atividade econômica ocorrida nos primeiros meses do Plano Real, acusando perda de dinamismo de seus níveis de rendimento tão logo o vigor econômico inicial do Plano Real esvaiu-se. Já entre 1995 e 1997, os diferenciais de rendimentos médios do trabalho entre os decis extremos da pirâmide distributiva da RM mineira voltaram a crescer, revelando a fragilidade e a efemeridade dos resultados parciais positivos advindos da introdução do Plano Real. A elevada desigualdade de rendimentos continua sendo uma marca indelével do mercado de trabalho da região metropolitana de Belo Horizonte.

BIBLIOGRAFIA

BALTAR, P. e PRONI, M. (1995). Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil. Campinas: Cadernos do CESIT, n.o 15, I.E. UNICAMP.

BALTAR, P. e DEDECCA, C. (1997). Mercado de Trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90. Campinas: mimeo, I.E. UNICAMP.

BATISTA Jr., P. N. (1996). “O Plano Real à luz das experiências mexicana e argentina”. Estudos Avançados (USP), n.o 28, set/dez 1996.

BATISTA Jr, P.N. (1999). “O Brasil depois do Plano Real”. Economia Aplicada (FEA/USP - FIPE). Vol.3. N.o especial: Plano Real - Câmbio. Março de 1999.

BELLUZZO, L.G. (1999). “Plano Real: do Sucesso ao Impasse”. Economia Aplicada (FEA/USP - FIPE). Vol.3. N.o especial: Plano Real - Câmbio. Março de 1999.

CACCIAMALI, M.C. (1995). Mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: menos empregos, mais política pública. São Paulo: IPE-USP, mimeo.

CARDOSO Jr., J.C. (2001). Crise e desregulação do trabalho no Brasil: primeiras aproximações sobre o tema. (mimeo).

CARDOSO Jr., J.C. (1999). “Anatomia da distribuição de renda no Brasil: estrutura e evolução nos anos 90”. Campinas: I.E./ UNICAMP. Dissertação de Mestrado.

- DELFIM NETTO, A. (1997). “O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico”. In: Mercadante, A. (org.), op. cit.
- DELFIM NETTO, A. (1999). “Opções de Política Econômica”. Economia Aplicada (FEA/USP - FIPE). Vol.3. N.º especial: Plano Real - Câmbio. Março de 1999.
- DIEESE. (1995). “Desigualdade e Concentração de Renda no Brasil”. Pesquisa DIEESE 11. São Paulo, agosto de 1995.
- DIEESE (1996/7). Anuário dos Trabalhadores. São Paulo.
- FILGUEIRAS, L. (2000). História do Plano Real. São Paulo: Boitempo Editorial.
- FIORI, J.L. (2001a). 60 Lições dos 90. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.
- FIORI, J.L. (2001b). Brasil no Espaço. Petrópolis: Ed. Vozes.
- FRENKEL, R., DAMILL, M. e FANELLI, J.M. (1996). “De México a México: el desempeño de America Latina en los 90”. Revista de Economía Política (64), vol.16, n.º 4, out-dez 96.
- GONÇALVES, R. (1997). “Desestabilização macroeconômica e incertezas críticas: o governo FHC e suas bombas de efeito retardado”. In: Mercadante, A. (org.), op. cit.
- GONÇALVES, R. (1999). “Distribuição de riqueza e de renda: alternativas para a crise brasileira”. In: Lesbaupin, I. (org.).
- GONZÁLES, G. (1998). “Distribuição de renda na Argentina”. Conjuntura Econômica. FGV - RJ. Agosto de 1998.
- KON, A . (2001). “Padrões de distribuição das remunerações do trabalho no Brasil”. Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Salvador, dezembro de 2001.
- LESBAUPIN, I. (org.) (1999). O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC. Editora Vozes. Petrópolis (RJ).
- MACHADO, A. F., MACHADO, D. C. (1998). Análise de Dois Setores no Mercado de Trabalho: Efeitos do Plano Real. Revista de Economia Política, v.18, n.4.
- MARQUES, R.M. (org.) (1997). Mercado de Trabalho e Estabilização. Cadernos PUC – Economia. São Paulo: EDUC.
- MATTOS, F. A . M. (1994). “Emprego e distribuição de renda nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro: os anos 80”. Campinas: I.E./UNICAMP. Dissertação de Mestrado.

MATTOS, F.A.M. (1996). "Distribuição Regional da Renda no Brasil: condicionantes históricos e perspectivas", in Cadernos da FCECA (8), publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da PUC de Campinas, vol. 5, no.1 (jan./jun.1996), p.23-55.

MATTOS, F.A.M.(1996). "O papel do Setor Informal na determinação do perfil distributivo das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro", in Revista Economia & Empresa (vol.3/n.2, abr./jun. 1996), publicação da Universidade Mackenzie. São Paulo.

MATTOS, F.A.M. (1998). "La cuestión regional en Brasil", in: Investigación Económica (Revista de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México). Octubre-Diciembre, 1998, núm.226. México, D.F., p. 89-130.

MATTOS, F.A.M. e CARDOSO Jr., J. C. (1999). "Novas Evidências acerca da questão distributiva pós-plano Real". Leituras de Economia Política, Campinas, n. 7, Jun./Dez. 1999, p. 29-55.

MERCADANTE, A. (org.) (1997). O Brasil pós-Plano Real: a política econômica em debate. Campinas SP. UNICAMP/IE.

TAVARES, M.C. "A economia política do Real". In: Mercadante, A. (org.), op. cit.

TOLEDO, J.E.C. "Políticas Econômicas e Estabilização no Plano Real". Economia Aplicada (FEA/USP - FIPE). Vol.3. N.º especial: Plano Real - Câmbio. Março de 1999.